

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

66

(INSCRIÇÕES 296-299)



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
2001

ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas da Península Ibérica.

Solicita-se a colaboração de todos quantos tiverem directo conhecimento de achados.

O comentário onomástico deve ser breve e pode mesmo omitir-se. Pretende-se, todavia, uma descrição correcta da peça, uma indicação das condições do achado, uma leitura e comentário paleográfico, bem como indicação do paradeiro actual.

O FICHEIRO EPIGRÁFICO publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos.

As inscrições são numeradas de forma contínua ao longo dos vários fascículos, de modo a facilitar a preparação de índices, que serão publicados no termo de cada série de dez fascículos.

FICHEIRO EPIGRÁFICO is a supplement of CONIMBRIGA whose objective is to make available previously unpublished Roman inscriptions of the Iberian Peninsula. Contributions from all finders are welcome.

The onomastic and historic notes must, however, be very short. They can even be omitted, in which case the note in question will consist merely of a description of the object, of the conditions of its discovery, of a reading and paleographic commentary, and reference to present location.

FICHEIRO EPIGRÁFICO will be published in 16 page issues, of varying periodicity according to frequency of received notes.

The inscriptions will be numbered, the numbering being continuous along the issues, so as to facilitate the preparation of indexes, which will be published at the end of each group of ten issues.

Toda a colaboração deve ser dirigida a:

All contributions should be sent to the editors:

José d'ENCARNAÇÃO
Instituto de Arqueologia – R. de Sub-Ripas, P-3000-395 COIMBRA

Maria Manuela Alves DIAS
Av. Madrid, 24, 2º dtº, P-1000-196 LISBOA

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA
CONSELHO DIRECTIVO DA FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA

Composto e impresso na G. C. – Gráfica de Coimbra, Lda.

Depósito Legal N° 21216/88

ÁRULA VOTIVA DE ESCALOS DE CIMA

Árula votiva, de granito róseo, que estava reutilizada como material de construção numa casa da povoação de Escalos de Cima (freguesia de Escalos de Cima, concelho de Castelo Branco). Foi encontrada em 1994, aquando das obras de demolição aí levadas a efeito, tendo sido recolhida pela família do Eng^o João Correia Botelho, Visconde de Castelo Novo. Observámo-la em 1994, no jardim do solar da família, existente na povoação¹.

Rudemente esculpida, trata-se, sem dúvida, duma imitação local das ámulas romanas. Molduração muito simples, nas quatro faces: no capitel, toro triplo, sendo o do meio mais largo; na base, duplo toro seguido de ranhura. O afeiçoamento exigido pela reutilização impossibilita uma «leitura» da forma primitiva do capitel muito deteriorado já; poderia ter ostentado toros, pelo menos sugeridos pela representação dos respectivos topos, como parece poder deduzir-se do que ainda se observa aí, na face dianteira. Distingue-se o *foculus*, em posição central.

Dimensões: 45 x 20 x 22.

Campo epigráfico: 22 x 20.

DI(is) · CAI(riensibus) / FLAV[S] (?) / [A(nimo)] · L(ibens) ·
[P(osuit)]

Flau(?) colocou de boa mente aos deuses Cairienses(?).

¹ Acerca do monumento foi dada uma primeira notícia no *Jornal do Fundão*, sob o título «Uma enigmática inscrição de Escalos de Cima», na edição de 8 de Julho de 1994. Essa nota seria transcrita na pequena revista *Ara*, do Centro de Estudos Epigráficos da Beira, publicada em Julho de 1994. Veio referida em AE 1994 834 e em HEp 6 1996 1029. O seu estudo epigráfico propriamente dito nunca chegou, porém, a ser feito. Cumpre-nos agradecer aos proprietários do monumento todas as facilidades concedidas.

Altura das letras: l. 1: 6; l. 2: 5; l. 3: 5,5. Espaços: 1 e 2: 1,5; 3: 1; 4: 1,5.

O primitivo letreiro romano foi claramente avivado e reescrito, a ponteiro, pensando-se, inclusive, que a pedra poderá ter servido, a dado momento, como marco de propriedade, identificando as letras actuais o seu eventual proprietário. É, porém, hipótese a carecer de confirmação.

A presença do L a meio da linha final induziu-nos a ver nele o que restava da habitual fórmula consecratória das inscrições votivas. A existência de pontos dum e lado e doutro confirma esta hipótese, em nosso entender.

Na l. 2, estaria, portanto, o nome do dedicante. Não haverá problema em reconstituir E: a fractura ocorreu a nível da sua barra intermédia; o resto lê-se bem, apesar de haver também a possibilidade de existir o nexa VE no fim da linha, que poderá até ser resultante de resquícios da letra S. ELEVE – com o segundo E de travessões iguais – poderá, conseguintemente, corresponder a esses ténues traços que se divisavam na superfície epigrafada, quando alguém se dispôs a tudo avivar. De parecido, em Latim e condizente com a onomástica local, temos FLAVS – e é bem provável que tenha sido esse o nome do dedicante.

Quanto à divindade homenageada, afigura-se-nos legítimo ver no início da inscrição a letra D com um I (ou E?) incluso, seguido de ponto grande, triangular. A cavidade no interior do C é susceptível de interpretar-se como um ponto – sem qualquer significado, porém – a que se segue A. Quanto à última letra dessa l. 1, seríamos tentados a considerar a moza superior como a pança de um R; mas também poderá ser apenas I. E se DI permite aventurar DI(is), CAI sugere o epíteto *Cairienses*, dado a uns Lares a que foi consagrado um altar proveniente de não muito longe de Escalos de Cima, mais propriamente da Quinta da Nave Aldeã, freguesia de Zebreira, também do concelho de Castelo Branco)².

Curiosamente, que saibamos, aos investigadores que se têm dedicado à geografia política pré-romana e à análise da etnonímia indígena, este epíteto parece não haver suscitado, até ao momento, grande curiosidade. Nunca foi discutida a similitude deste adjectivo etnonímico com *Coerenses* – povo localizável muito provavelmente

² Cf. José d'ENCARNAÇÃO, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 19751 pp. 210-211.

na área de Cória³ – nem com os *Caurienses* propriamente ditos. Continua a ser um povo desconhecido, sem outros testemunhos a documentar a sua existência e eventual localização.

A ser correcta a nossa interpretação, atestar-se-ia aqui, singularmente, a equivalência dos termos *Dii* e *Lares*, para identificar divindades tutelares.

Para além da tipologia do monumento e da – assaz verosímil – simplicidade do texto original, não dispomos de outros elementos de datação. De qualquer modo, por esses factores, arriscaríamos uma cronologia da primeira metade do séc. I da nossa era.

ROGÉRIO CARVALHO
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO



296

³ Cf. Jorge de ALARCÃO, «Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4, nº 2, 2001, p. 306.

ÁRULA VOTIVA DE MIRANDA
(*Conventus Bracaraugustanus*)

Identificou-se, em Agosto de 2000, encastrada na parede do adro da igreja paroquial e mosteiro de Miranda, freguesia do concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo, uma epígrafe que, pelo letreiro que ostenta e pelas dimensões visíveis, deverá ser uma ámula votiva¹.

De granito de grão fino, com muita erosão devido à longa exposição ao ar livre, a ámula foi talhada, retirando-se-lhe o capitel e a base que certamente teve, para se adaptar a bloco de parede. Em todo o caso, atendendo ao alisamento que apresenta do lado direito – tal como acontece no lado esquerdo – afigura-se-nos que pouco faltará para as faces originais. A cova quadrangular que se distingue na face inferior deverá também ter sido resultante desse reaproveitamento.

Dimensões: (47) x (30) x (30).

Campo epigráfico: (47) x (30).

[...] [SA]/C̄RVM · TA/LVS · ME/DAMI · F̄(*ilius*) / S(*olvit*) · L(*ibens*) · M(*erito*)

Consagrado a (...). Talo, filho de Medamo, merecidamente cumpriu de livre vontade.

¹ O monumento foi identificado por M. Justino Maciel e por T. Daniel Maciel, que se encarregaram da fotografia e descrição da peça e duma primeira leitura; José d'Encarnação interpretou o texto e elaborou o respectivo comentário. Agradecemos ao Pároco, Sr. Padre João Lima, as facilidades concedidas para retirarmos o cimento que envolvia as arestas do monumento bem como as diligências que se comprometeu a fazer junto da Comissão Fabriqueira da igreja, a cuja guarda o monumento se encontra, a fim de se proceder à remoção da epígrafe para um local anexo à igreja, onde melhor possa ser apreciada e valorizada.

Altura das letras: l. 1: 5/7; l. 2: 6/7; l. 3: 6; l. 4: 6/7. Espaços: l. 1: ?; 2 e 3: 2; 4: 3; 5: 13,2.

Do ponto de vista da distribuição espacial em altura, a paginação foi cuidada, com utilização correcta da pontuação por meio de pontos redondos. Os caracteres, de tipo actuário, apresentam-se regulares, bem gravados: o S é simétrico, apesar de alguma inclinação para a frente; o M largo, com *ductus* para trás; do A percebe-se o travessão muito ténue; barra do L curta e horizontal; R de perna muito oblíqua para diante, de modo a formar o nexu RVM.

Por conseguinte, a reconstituição SACRVM afigura-se-nos não oferecer dúvida: do C resta ainda a ponta inferior. Numa linha superior, estaria, pois, além de SA, a identificação da divindade a que a árula foi consagrada – e não valerá a pena embrenharmo-nos, a esse propósito, em lucubrações escusadas, pois tanto poderemos pensar no mais vulgar I · O · M, duma dedicatória a Júpiter, como em MARTI, GENIO, NYMPHIS... ou no nome duma divindade indígena já atestada ou não.

Vem, em seguida, o nome do dedicante, que se identifica à maneira indígena. Ora, nomes indígenas (e até latinos) começados por IA são raros; preferiríamos, por isso, ver no I da l. 1 um T de exíguo travessão ou mesmo sem ele, como resultado de deficiente leitura da minuta. É que, na verdade, no rol de antropónimos possíveis, o mais verosímil, na ocorrência, será *Talus*, de que, porém, Abascal Palazón² não refere nenhum testemunho peninsular. É, na origem, um *cognomen* latino, formado a partir do nome comum de uma parte do corpo, *talus*, o calcanhar³. Não é raro um nome concreto vir a ser utilizado pelos indígenas como nome próprio, fenómeno corrente, aliás, em todos os tempos e lugares; não admiraria, no entanto, que, neste contexto, se pudesse relacionar o antropónimo com vários outros, de raiz pré-romana, como *Talotius*, *Talabarius*, *Talaus*...

Na actual l. 4, após o patronímico *Medami* teremos a filiação, pelo que reconstituímos aí o F de *filius*, não obstante dele apenas restar a haste vertical. De *Medamus*, um nome pré-romano com diversos exemplos na área galaica, salienta Abascal Palazón (*o. c.*, p. 425)

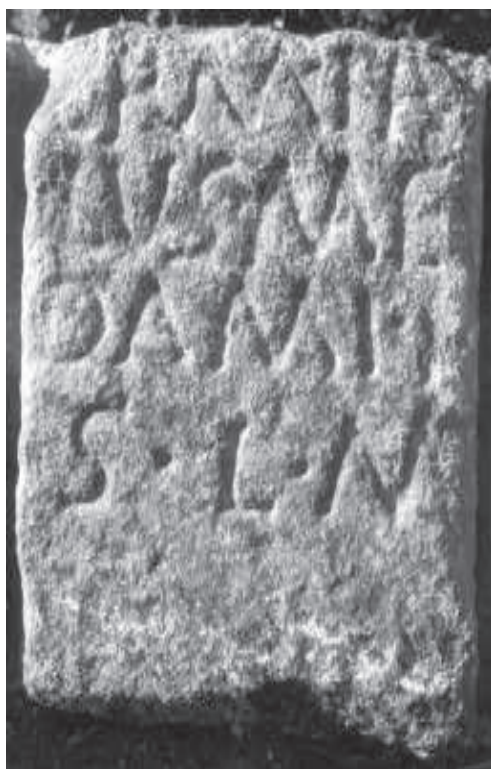
² Juan Manuel ABASCAL PALAZÓN, *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Murcia, 1994, p. 523.

³ Vide Iiro KAJANTO, *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965, p. 226, que regista apenas um testemunho: CIL IV 5070.

que, dos 8 testemunhos que inventariou, 4 são de patronímicos (em genitivo), como acontece aqui.

Estranha-se a ausência, na fórmula final, de V(*otum*). Não conhecemos outro exemplo⁴ e, por isso, até pensámos, a princípio, que a reutilização do monumento tivesse levado alguns centímetros mais do lado esquerdo; daí, a falta do V. A observação das faces laterais, porém, sustenta, como se disse, que o texto praticamente não foi amputado. Levar-se-á a omissão à conta da incipiente aculturação.

Pela onomástica – qualquer que ela seja – e pelo tipo de letra, um monumento datável de meados do séc. I da nossa era.



JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
T. DANIEL MACIEL
M. JUSTINO MACIEL

297

⁴ O único aduzido por Hübner (CIL II p. 1178) é CIL II 432, o altar dedicado *Diis Deabusque Coniumbericensium*; mas essa pretensa ausência do V deve-se, sim, a uma moça na pedra: ver foto 28 in José d'ENCARNAÇÃO, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975.

PLACA FUNERÁRIA DE SANTA MARIA (BEJA)
(*Conventus Pacensis*)

Fragmento de placa funerária romana, que nos foi mostrada pelo Sr. Manuel Graça Mata, que a encontrou quando procedia a obras de consolidação de um dos edifícios da Quinta da Fonte Figueira, de sua propriedade, na freguesia de Santa Maria – Beja¹.

De mármore do tipo Estremoz–Vila Viçosa, dela apenas se conserva a parte superior da superfície epigrafada e, ainda assim, incompleta, pois falta um pedaço no lado esquerdo. Desconhecemos, portanto, se se trataria, ou não, de uma placa moldurada.

Dimensões: 16 x 38 x 11.



¹ A existência de vestígios romanos neste local já fora referida por Abel Viana. De facto, na Quinta da Fonte Figueira identificou Maria da Conceição Lopes uma *villa*: além das cerâmicas, dos materiais de construção e elementos de arquitectura, dispersos por uma área de cerca de 12 000 m², são ainda visíveis, junto à habitação e anexos, paredes sem dúvida de época romana.

Situada a cerca de 1500 m a NO da estação de caminho-de-ferro de Beja, local onde terá existido uma das necrópoles de *Pax Iulia*, esta *villa* é apenas mais

[I]VLIA (*hedera*) LVPINI / [F(*ilia*) (?)] (*hedera*) (?) [T]VSCA
(*vel* [F]VSCA) (*hedera*) SI/[BI] (?) [...]

Júlia Tusca (ou Fusca), filha de Lupino, para si (?) (...)

Altura das letras: 5,5 (I = 2,7). Espaços: 1: 3,5; 2: 1,5.

Considerando o espaço sem qualquer vestígio de letra no final da l. 2 e dada idêntica circunstância no fim da l. 1, onde, aliás, se optou por gravar um I mais pequeno para caber no espaço e manter um certo eixo de simetria, que poderá ter sido seguido – admitimos como certo que o texto não continuaria para a direita. Assim, na l. 1, a reconstituição do *nomen Iulia* não oferecerá dúvida (do V resta a quase totalidade), mormente se levarmos em linha de conta que se trata de um dos gentílicos mais frequentes na cidade. A hipótese apresentada para o início da l. 2 coaduna-se com o espaço da linha superior. Tanto TVSCA como FVSCA se documentam no *conventus Pacensis* em igualdade de circunstâncias (cf. IRCP, p. 867 e 870), de modo que qualquer deles poderá ser o cognome (latino) de *Iulia*. SI – pela posição que ocupa na inscrição – é, mui provavelmente, o começo do pronome SIBI; não nos repugnaria, por isso, que, na l. 3, houvesse BI♥ET♥SVIS; e, nesse caso, estaríamos perante a placa de um jazigo de família: *para si e para os seus*.

A paginação apresenta-se muito cuidada, seguindo linhas auxiliares que, se não estão presentes, se ‘sentem’ através do facto de os vértices das letras, inclusive do N (por exemplo), se encontrarem ‘sublinhados’ por pequenos traços, que são precisamente os indícios da linha auxiliar a partir da qual a letra foi gravada a buril, obtendo-se, assim, um perfeito corte em bisel. As heras, verticais, cumprem a sua função de separar as palavras mas não deixam também – de limbo triangular e desigual e longo pecíolo de caprichoso recorte – de constituir elemento estético a realçar.

Caracteres actuários, levemente inclinados para diante. O P é aberto, o C de larga abertura, S simétrico, A de travessão ténue e acima do meio da letra.

uma do vasto conjunto que contorna a cidade de Beja e cuja implantação rural no território da *civitas* constitui um dos capítulos do estudo que M. Conceição Lopes tem entre mãos. Aí se fará a integração desta *villa* na rede de povoamento rural romano, se pormenorizará a descrição dos vestígios observados e se realçará a sua importância.

A defunta é uma indígena romanizada, que mantém na identificação um vestígio do hábito indígena de mencionar a filiação mediante o nome único do pai. *Lupinus* documenta-se pela primeira vez no *conventus Pacensis* e na Lusitânia; segundo Abascal Palazón², apenas outro exemplo se encontraria na Península Ibérica: CIL II 4029, em Borriana (Castellón); nos sete volumes já publicados de *Hispania Epigraphica* somente há menção de uma *Lupina*, em texto ainda inédito de Sofuentes (HEp 5 1995 928); no conjunto do CIL, Iiro Kajanto³ dá conta de três homens e duas mulheres com este nome. Tamanha raridade confere a este testemunho um carácter invulgar de evidente aculturação onomástica. Trata-se do diminutivo de *Lupus*, esse, sim, um nome com outros testemunhos (cf. IRCP, p. 868). Recorde-se que um deles se regista numa placa do Museu de Beja e a exaustiva investigação sobre ele levada a efeito por Manuela Alves Dias levou à conclusão de possível relação deste nome com a zona norte da Península⁴.

Pela paleografia e pelo modo de identificação, é monumento datável de meados do século I da nossa era.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES

² Juan Manuel ABASCAL PALAZÓN, *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Murcia, 1994, p. 405.

³ Iiro KAJANTO, *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965, p. 328.

⁴ «A propósito da inscrição B-143 do Museu Regional de Beja», *Conimbriga* 18 1979 203-226 (sobretudo p. 212-219).

INSCRIÇÃO RUPESTRE DE CINFÃES
(*Conventus Scallabitanus*)

Num penedo localizado num sítio chamado Volta, lugar de Pindelo, freguesia de Nespereira, concelho de Cinfães (distrito de Viseu), identificou-se, em Junho de 1998, no decurso dos trabalhos de prospecção com vista à elaboração da carta arqueológico deste concelho, uma inscrição que, pelo seu conteúdo histórico e pelos problemas de interpretação que suscita, merece particular atenção.

Observando as fotografias que apresentamos – as melhores duma série que realizámos com diferentes iluminações e a diferentes horas do dia – se verifica, de imediato, quanto se torna difícil ter sobre o monumento uma opinião peremptória. Daí, também, que tenhamos deixado passar algum tempo sem o darmos a conhecer, na expectativa de que outros elementos viessem a encontrar-se, susceptíveis de trazer mais alguma luz a um texto que, como adiante se verá, muito tem de enigmático.

Decidimos, porém, não adiar mais essa publicação, nomeadamente porque o sítio já se tornou conhecido¹ e importa tecer sobre ele as considerações possíveis, no actual momento da pesquisa.

¹ Referiu-se-lhe Jorge de Alarcão – in «Os nomes de algumas povoações romanas da parte portuguesa da Lusitânia», *Sociedad y Cultura en Lusitania romana*, Mérida, 2000, p.166 – para demonstrar que Cárquere era a capital dos *Paesuri* (a transcrição do texto saiu aí com algumas gralhas tipográficas).

Agradecemos ao Sr. vice-director do Instituto Português de Arqueologia, Eng^o Monge Soares, e ao Dr. António Faria, chefe de Divisão de Divulgação daquele Instituto, a gentileza de nos haverem transmitido a correspondência travada, a 7 de Março de 2001, com o Sr. Manuel Santos Jorge, em cuja propriedade o penedo se encontra. Santos Jorge, desconhecendo que o monumento já se encontrava em estudo, mandou ao IPA uma fotografia dos dizeres, manifestando interesse em conhecer o seu conteúdo e disponibilizando-se para acompanhar ao local um especialista na matéria. De pronto, o IPA entrou em contacto connosco e Santos

A primeira observação a fazer é que parece evidente faltar parte da inscrição, que estaria na lasca que saltou do lado direito após a fissura. O texto completo ocuparia toda a superfície até, muito provavelmente, à segunda fissura visível².

Existiu, pelo menos, uma primeira linha, de que apenas se enxerga uma ampla barra vertical – de um P? – e vestígios das terminações inferiores de outras letras não identificáveis.

Na l. 2, CLEMENS identifica-se sem problemas; os dois primeiros caracteres foram regravados e, daí, a forma de O que o C tem e o L parecer E.

A paginação do conjunto leva a considerar apócrifo o signo (semelhante a C) que está entre esta linha e a seguinte.

L. 3: CONCILIVM lê-se bem; houve, decerto, avivamento da palavra, mas não se verificam particulares anomalias gráficas a justificar dúvidas (à exceção do pequeno traço oblíquo no vértice do L, que é de somenos).

L. 4-: C R D S ? Seríamos tentados, pelo mesmo motivo apontado acima, a considerar apócrifas estas letras, até devido ao seu isolamento; mas o C detém o mesmo *ductus* dos anteriores, apesar da escassa legibilidade das duas letras seguintes: pode hesitar-se entre R e P quanto à primeira (preferimos R, atendendo à linha seguinte) e, embora remota, a hipótese D será viável.

L. 5: se identificarmos o primeiro signo como um longo F de tendências cursivas, leremos FOROS ou FORVS. Segue-se um ponto nítido, a meio; depois, PAISVR•, de P aberto e S esguio. Com determinados ângulos de luz, o S parece-nos claro, seguido, eventualmente, de EA; mas a última letra poderá ser também (a pedra está falhada) um N a que falta o traço final.

L. 6: sobre CONTVMACES decerto não haverá dúvida, mau grado o T se poder confundir com I quando a iluminação não é oblíqua.

L. 7: HIC • SEAR • (?) I afigura-se-nos leitura possível: o H acusa mossas a dificultar a sua identificação, dando por vezes a impressão que até há uma letra antes; IC (o C com ponto ‘interno’) parece seguro; em seguida, só o E se encontra mais estropeado e o ponto após R, nem sempre visível, pode encontrar justificação complementar no espaço que separa o R do I.

Jorge foi informado das diligências em curso. Agradecemos-lhe, pois, a autorização concedida para da investigação feita ora publicarmos os resultados, ainda que provisórios.

² Campo epigráfico: (110) x (115). Altura das letras: l. 1: ?; l. 2: 12; l. 3: 10; l. 4: 8; l. 5: 11; l. 6: 12. Espaços: 2: 10; 3: 12; 4: 12,5; 5: 3; 6: 7,5; 7: 6.

O primeiro problema que se põe é o da cronologia. O ponto a meio da linha, as barras do E iguais, o traçado do M e do R sugerem a época romana. Os vocábulos legíveis – CLEMENS, CONCILIVM, FOROS, CONTVMACES... – tanto podem pertencer, porém, ao período romano com à Alta Idade Média. No entanto, a sedução é grande para se interpretar PAIISVR como a abreviatura de *Paesuri*, um dos etnónimos patentes, designadamente, na inscrição da ponte de Alcântara e cuja localização, segundo Jorge de Alarcão³, se poderá apontar para essa área da actual Beira Alta.

A questão prende-se também – e, ousaria dizê-lo, fundamentalmente – com o teor do texto que, como é hábito nestas epígrafes rupestres, se reveste de características invulgares.

Que tipo de inscrição será?

Palavras como *concilium*, *contumaces* e o *hic* final sugerir-nos-iam, de imediato, uma decisão jurídico-administrativa, do tipo da que mais desenvolvidamente nos surge, por exemplo, na *Tabula Contrebiensis* (por uma questão de usufruto de águas de regadio)⁴ ou mesmo, mais perto de nós, no conhecido «penedo de Remeseiros»⁵.

Nessa perspectiva, um *concilium*⁶ (assembleia) de povos decidiu, teve por bem gravar num penedo a sua sentença, relacionável quiçá com uma contenda – *contumax* é o ‘reclitrante’...⁷ – de limi-

³ Jorge de ALARCÃO, «On the civitates mentioned in the inscription on the bridge at Alcântara», *Journal of Iberian Archaeology*, 0, 1998, 144 e fig. 1. Vide também nota 1.

⁴ Cf. Guillermo FATÁS, *Contrebia Belaisca (Botorríta, Zaragoza) – II – Tabula Contrebiensis*, Zaragoza, 1980 (recensão bibliográfica in *Conimbriga* 23 1984 221-223).

⁵ Têm sido vários os autores que se vêm debruçando sobre o conteúdo deste texto rupestre existente na freguesia de Vilar de Perdizes, concelho de Montalegre. De todos, o mais prolixo é António Rodríguez Colmenero, cujas interpretações nem sempre são unívocas. Citemos dele a mais recente, que se faz eco dos trabalhos anteriores, no livro monumental que a Câmara Municipal de Chaves editou, em 1997: *Aquæ Flaviæ. I. Fontes Epigráficas da Gallaecia meridional interior*, p. 449-454. Em seu entender, trata-se da súplica de uma mulher à divindade para que lhe assegure a posse de um vale arrendado.

⁶ O vocábulo *concilium*, em genitivo, surge noutra inscrição rupestre, no concelho de Penedono (FE 72 = AE 1986 298). Foi interpretado como patronímico; poder-se-á pensar se não é texto a rever.

⁷ O vocábulo *contumaces* ocorre em Pamplona, numa carta, datada de 119, enviada por *Claudius Quartinus* aos duúnviros da cidade em que os incita a tomar medidas enérgicas *adversus contumaces* (ILER 5826 e Álvaro d’ORS, *Epigrafía Jurídica de la España Romana*, Madrid, 1953, 353-355). [É uma referência bibliográfica que agradecemos a Patrick Le Roux].

tes, ideia sugerida pela presença de HIC, «aqui», que tem paralelo em outras inscrições rupestres⁸. *Clemens* poderá ser um antropónimo, identificando quem superintendeu à sessão ou mesmo quem a convocou.

A l. 4, a ser autêntica, poderá ocultar siglas correntes, de cujo significado só a contextualização precisa do texto permitirá apercebermo-nos. Uma conotação de âmbito jurídico-administrativo levar-nos-ia a ver C. R relacionável com *cives Romani* ou *civitates Romanae*; D • S será D(*ecreto*) S(*enatus*)?

Por outro lado, se identificarmos as palavras patentes no final da l. 5 e no fim da inscrição e se PAIISVR estiver por *Paesuri*, torna-se aliciente ver em *Seari* também um etnónimo: os *Seari* seriam distintos dos *Paesuri*, com os quais poderiam ter estado em confronto, ou um “ramo” (digamos assim) desses mesmos *Paesuri*. De facto, SEAR surge no *trifinium* de Silvares, concelho de Tondela, onde se determina a partilha das águas entre três povos e os *Seari* (?) eram um deles⁹.

A ler-se FOROS – quiçá uma forma popular em vez de *fora*, mais erudita – temos a discussão lançada numa curiosíssima direcção, atendendo a que o vocábulo designa, no final da República e começos do Império, os locais – porventura mais tarde transformados em *oppida*, colónias ou municípios – cuja principal função era a de serem entrepostos de comércio. Recordemos o caso, paradigmático, da actual Lezuza, na província espanhola de Albacete, que, antes de ser *Colonia Libisolanorum*¹⁰, foi *Libisosa Foroaugustana*, importante entreposto das rotas do sal gema e de lanifícios; veja-se um mapa da Península Itálica¹¹, onde se anotam *Forum Sempronii*, *Forum Flamini*, *Forum Novum*... O nome da actual cidade de

⁸ Cf., a título de exemplo, João L. Inês VAZ, «Mais uma inscrição rupestre da Serra do Caramulo», «*Saxa Scripta*» – *Actas do III Simpósio Ibero-Itálico de Epigrafia Rupestre*, Viseu, 2001, 189-198, que cita, nomeadamente, entre outras, uma epígrafe de Vouzela (transcrita também em HEp 6 1996 1086) e a que se lê no rochedo da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (cf. Armando C. F. da SILVA, «Organizações gentílicas entre Leça e Ave», *Actas do Colóquio de História Local e Regional* (Santo Tirso, 1979), 1982, 383-386.

⁹ Vide foto in João L. Inês VAZ, «*Saxa scripta* na civitas de Viseu: algumas notas», *Mathesis* 4 1995 111 e um estudo mais pormenorizado na comunicação citada na nota 8. João Vaz sugere para o povo o nome de SEAREAS.

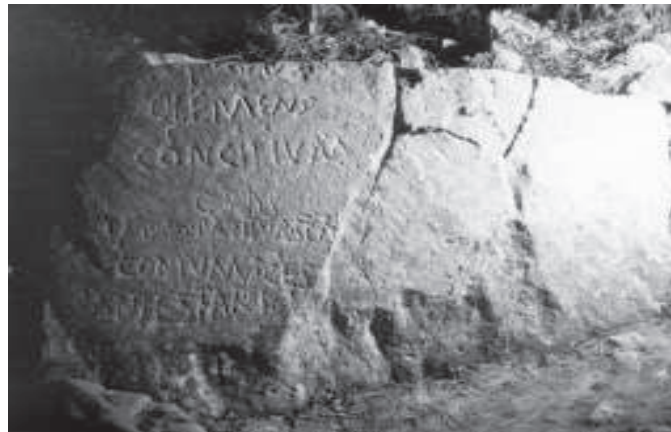
¹⁰ Vide CIL II 3234 e Juan Manuel ABASCAL PALAZÓN, *Inscripciones Romanas de la Provincia de Albacete*, 1990, n.º 20.

¹¹ Por exemplo, de Francisco BELTRÁN y Francisco MARCO, *Atlas de Historia Antigua*, Zaragoza, 1987, mapa 49.

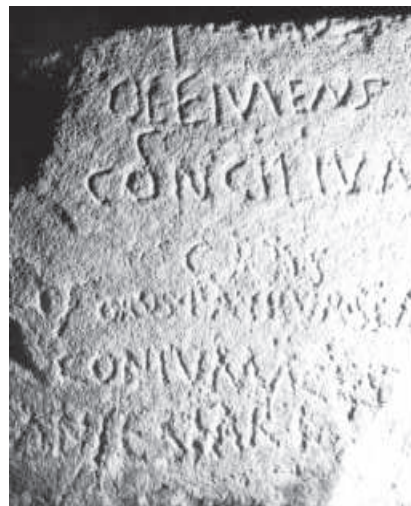
Forlì, junto a Bolonha, provém de *Forum Iulii*, que também foi topónimo na costa mediterrânica da Gália¹². *Forum Traiani*, importante centro termal (com as suas *Aquae Hysitanae*), na província de Oristano (Sardenha), é hoje Fordongianus.

Enfim, uma série de pistas que esta epígrafe nos apresenta, sem que – por lhe faltar parte considerável – possamos adiantar mais, neste momento da nossa pesquisa.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
LUÍS M. DA SILVA PINHO



O penedo
na sua
totalidade



Pormenor da inscrição

¹² Cf. obra citada de Francisco BELTRÁN e Francisco MARCO, mapa 50.